

Em seguida apresenta os Eixos - organizados pelo GT, CMDCA com as contribuições dos Conselhos tutelares e das prefeituras bairros. Sendo eles (atendimento inicial para crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil, qualificação e empreendedorismo, acolhimento inicial a criança e adolescente vítima de violência sexual, inclusão digital, aprendizagem, atendimento psicossocial para crianças e adolescentes com deficiências) distribuídos de acordo com pesquisa realizada de quais eixos seria necessário em cada região. Em relação aos valores estipulados, estes seguem os números dos eixos, a prefeitura com mais eixos, vai ser contemplada com valor maior, além das regiões mais carentes de serviços. Leu Brasil (União Santa Cruz) Necessário se atentar para os valores estabelecidos para não ultrapassar o valor total e ser prejudicado. A convidada Eliana (MAPI) Solicita o mapeamento das instituições por prefeitura bairro, para facilitar a elaboração das propostas, de acordo com a prefeitura bairro que cada OSC está localizada. Tatiane (SEGOV) agradece e concorda com a solicitação, dizendo que vai verificar e publicar no site, mas que a localização não inviabiliza a apresentação de propostas em prefeitura bairro diferente. Eliana (MAPI) verbaliza sobre as dificuldades que estão passando todas as instituições e de todo trabalho, preparação e investimento que precisará ser feito para participar dessa seleção, por esse motivo preocupa-se sobre benefícios de instituições por questões partidárias. Tatiane (SEGOV) informa que o CMDCA regido por lei, bem como os editais, além de ser acompanhado pelo MPT e MPE, inclusive o GT poderia fazer essa indicação direta, mas visando validar esse processo democrático foi definida a realização desse chamamento público, dentro da estrutura do CMDCA com redução de burocracias. Isso mostra a intenção de querer fazer um processo amplo, de forma legal e decente. A convidada Rai (Creche João Paulo) fala sobre o momento difícil que as instituições estão passando e pergunta sobre a data do edital, que não entende essa demora em publicar Tatiane (SEGOV) agradece a participação e informa que neste caso a data já foi definida e será divulgada hoje, mas que vai continuar com apresentação para finalizar e colocar para votação. Apresenta todas as prefeituras bairros com seus respectivos eixos e valores disponibilizados. Dando sequência com as despesas autorizadas para aquisição de equipamentos e materiais permanentes essenciais para utilização do plano de trabalho, até 50% dos recursos que a instituição receber; remuneração da equipe através de MEI, utilizando até 45% do valor total do projeto; Pagamentos de contas de água, luz, telefones, internet e até mesmo aluguel o percentual poderá ser de até 5%. Referente aos prazos a proposta é lançar o edital no dia 27/06, com inscrição até 26/07, atendendo solicitação do MPT, com propostas enviadas para o e-mail do CMDCA, com as especificações do edital e o nome da instituição. Não serão analisadas propostas apresentadas fora do prazo estabelecido. A análise, da comissão, será realizada até o dia 10/08, enviado posteriormente para análise e validação do MPT, com divulgação do resultado no dia 30/08, e resultado final no dia 05/09/2021. A liberação dos recursos deve ocorrer, no máximo, em 30 dias. Segue com a chamada para composição da comissão com 4 membros, com paridade. As representantes do Governo Tatiane e Sheila colocaram o nome ficando pendente sociedade civil, porém eles informaram que desejam participar do edital. Assim sendo a presidenta Tatiane informa que pela legislação a comissão poderá ser formada por no mínimo 03 membros, (2 governos e 1 sociedade civil) pedindo pelo menos um, mas como permaneceu o posicionamento foi consultado a advogada se o presidente das instituições poderiam enviar carta falando do impedimento por ter interesse em participar. A técnica Edna (CMDCA) informa que o ideal é que seja uma comissão paritária. Leu Brasil (união santa cruz) informa que gostaria de participar, mas a diretoria não concorda, pois não participou do outro chamamento. Mateus (Hora da Criança) verbaliza que já faz parte da comissão da dispensa e gostaria que a sua instituição participasse desse chamamento. Edna (CMDCA) acredita que com essa formalização dos presidentes das instituições não terá problema, seja viável. Sheila (SPMJ), embora o conselho preze pela paridade, mas diante da situação que todos estão vivendo, entende perfeitamente e acha a ideia de Tatiane (SEGOV) excelente e reforça sobre a elaboração desse documento, que deve conter todas as representações e assinatura do presidente. Tatiane (SEGOV) pede que esse documento seja entregue até o dia 20/06, pois o calendário já está pronto e sem nenhum impedimento para lançamento no dia 27/06. Ailton (AEEC) pergunta sobre a formação dessa comissão e se coloca disponível, com preocupação apenas em relação a demanda intensa, que vive no momento, mas para que tenha representação da sociedade civil, se coloca à disposição. Tatiane (SEGOV) agradece e inclui a técnica Edna (CMDCA) para prestar assessoria e desta forma publicar a comissão com 03 componentes e uma técnica. Leu Brasil (União Santa Cruz) pergunta se não é interessante manter a ideia inicial da carta /declaração, por precaução. Tatiane (SEGOV) concorda. Ailton (AEEC) pergunta sobre a participação de sua suplente, visto que ela é presidente de outra instituição, no caso dela querer apresentar proposta. Sheila (SPMJ) acredita que dessa forma pode complicar. Leu Brasil (União Santa Cruz) sugere que se faça a substituição provisória da suplência de Ailton (AEEC). Tatiane (SEGOV) informa que fica criada a comissão com três representantes e o apoio técnico da advogada Edna (CMDCA) e os demais instituições da sociedade civil enviar a carta para que possa anexar junto a publicação da comissão, se porventura Ailton (AEEC) desistir, enviar a carta também por e-mail, e assim justificar porque essa comissão tem apenas representantes do governo. Gildásio (ACOPAMEC) informa que dia 20 é domingo, se não seria o caso de enviar até segunda, 21/06. Tatiane (SEGOV) concorda que o envio da carta seja realizado até segunda, dia 21/06. A convidada Ester Barros (Arte sem fronteiras) agradece pela oportunidade da fala e parabeniza a presidenta pelo trabalho de excelência que vem desenvolvendo, diz que sua base é da prefeitura bairro de Valéria e gostaria de saber quais foram os eixos contemplados, porque não dividiu o valor de 140, com 2 projetos de 70, porque não dividiu o 360, com 3 projetos de 120, esses valores somados conseguem alcançar o valor total de 2800.000. Continua dizendo que, se pegasse esse valor e dividisse pelas instituições cadastradas, mesmo que cada um ganhasse 10 mil, seria mais justo, porque todos estão na pandemia sendo muito afetados. Porque foram ouvidos os Conselhos Tutelares e as organizações não foram ouvidas, já que estão na linha de ponta e conhecem as realidades. Por fim pergunta sobre projeto preso por conta da pandemia, do edital 003/2018, se nessa condição poderá participar desse edital. Tatiane (SEGOV) informa que em relação a última pergunta, ela já pode responder. Informa que sim, ela vai poder participar, mas as demais perguntas ela vai responder de forma coletiva, em virtude do avançar da hora e do esvaziamento da assembleia para não prejudicar a aprovação do edital. Solicita que as pessoas sejam objetivas nas suas falas. A convidada Eliana (MAPI) Questiona por que as organizações sociais não foram ouvidas, que no bairro de nova Brasília do aeroporto existe um confronto muito grande por conta das drogas e os conselhos tutelares não são presentes. Tatiane (SEGOV) sugere uma reunião para tratar desses assuntos, em virtude do avançar da hora. Leu Brasil (União Santa Cruz) verbaliza que embora esteja com o horário apertado é importante esclarecer por que o MPT quis assim e porque consultou os CT, para não gerar dúvidas na sociedade. Solicita que seja

explicitado porque que foi utilizado os dados apresentados pelos Conselhos tutelares, que tem respaldo na lei e prefeitura bairro, com base no edital passado. É bom enfatizar e deixar claro para não gerar mais dúvidas na sociedade civil. Ester (Arte sem fronteiras) concorda com Leu Brasil (União Santa Cruz) e argumenta que se for observar os eixos escolhidos para valer não condiz com a realidade vivida pela OSC, continua dizendo que, curso de qualificação em plena pandemia, não existe. Tatiane (SEGOV) verbaliza que compreendeu os questionamentos e explica que os eixos não foram escolhidos pelos Conselhos Tutelares e nem prefeitura bairros. Os 6 (seis) eixos prioritários foram indicados pelo GT, porque ele tem essa autonomia e apresentado ao CMDCA para ajuste, sendo essa a 3ª assembleia que trata do assunto. A partir daí, visando legitimar e fundamentar foi feita pesquisa com os conselhos tutelares e prefeitura bairros quais os eixos mais necessários em cada região. A princípio foi apresentada a proposta de colocar todo esse valor na prefeitura bairro do subúrbio, mas defendemos a proposta de contemplar todas as regiões devido ao cenário pandêmico, com critérios. Então é necessário não questionar por que o momento agora é de celebrar e avançar. É um projeto piloto e com certeza haverá avaliação, críticas, acertos e erros. Quem quiser marcar comigo estou a disposição para acolher sugestões para os próximos editais, porque retroceder agora pode comprometer o processo que tem prazo para finalizar. Em seguida aprovado por unanimidade Conselho Tutelar - Não havia representação. Mateus (Hora da Criança) informa que o FOCAS está se empenhando em retomar as propostas reprimidas do primeiro semestre, para que possam ser desenvolvidas ainda no segundo semestre. Fala sobre a finalização do curso, em parceria com a UFBA, no dia 09/06, sobre prestação de contas no terceiro setor. Agradece a UFBA pelo curso de excelência e diz que a Presidenta Tatiane Paixão não pode participar do encerramento mais que enviaria carta de agradecimento para UFBA. Leu Brasil (União Santa Cruz) parabeniza a presidenta e o vice-presidente e ressalta a importância desse curso, realizado em parceria com a UFBA, onde os participantes já vão estar mais preparados para participar desses editais que serão lançados. A presidenta agradece e diz que se as contribuições, ponderadas nessa reunião, fossem apresentadas, na assembleia passada, quando apresentou os eixos, poderiam ser substituídos, alterados, mas agora não é possível retroagir ao que já foi deliberado pelo pleno do CMDCA, vai trazer um prejuízo muito grande, inclusive de perder o recurso, pelo prazo que ele está lá parado, ser remanejado. Acredita que com esse edital serão contemplados, em média, uns 30 projetos. Encerra a reunião as 12h45m, desejando sucesso a todos e um bom almoço.

Salvador, 16 de junho de 2021.

Sala das sessões

TATIANE PAIXÃO
Presidenta

PORTARIA Nº 018/2021

A Presidenta do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, no uso das suas atribuições, nos termos das Leis Municipais 4.231/1990, c/c 5.204/1996.

CONSIDERANDO a resolução nº 09/2021 que trata da parceria do CMDCA com Ministério Público do Trabalho-MPT.

RESOLVE:

Art. 1º Criar o GT de acompanhamento da parceria do CMDCA//MPT composto pelos membros participantes das audiências nos dias 07/05/2021, 28/05/2021 e 10/06/2021, a saber: Ministério Público do Trabalho - MPT, Ministério Público Estadual - MPE, Procuradoria Geral do Município de Salvador, Secretaria Municipal de Promoção Social, Combate à Pobreza, Esporte e Lazer - SEMPRE, Secretaria Municipal de Educação - SMED, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, com adição da Secretaria Municipal de Políticas Para Mulheres Infância e Juventude - SPMJ.

Art. 2º Instituir comissão interna do CMDCA para seleção e acompanhamento dos projetos com recursos oriundos da ação civil pública nº 0000376-32.2020.5.05.0030.

Art. 3º Composição da comissão de seleção do CMDCA:

Tatiane Paixão/SEGOV - Presidenta
Sheilla Alban/SPMJ - Membro
Edileusa Santos/AEEC - Membro
Edna Tosta/ Técnica CMDCA - Assessoria Jurídica

Art. 4º Excepcionalmente na composição desta comissão não haverá paridade no âmbito do CMDCA, em razão de que os conselheiros de direito, representantes da sociedade civil, terem expressado interesse de participar do Chamamento Simplificado, e devido a esse fato ficarem impedidos de apreciar propostas na seleção, conforme ficou definido na Assembleia Ordinária nº 344 do CMDCA dia 16/06/2021.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Salvador, 30 de junho de 2021.

TATIANE PAIXÃO
Presidenta